

AJ02169

Vitória (ES), sexta-feira
10 de agosto de 2007
Editora: **Cintia B. Alves**
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321-8446

Instituto Jonas dos Santos Neves
Biblioteca

NEGROS FICARAM FORA DA PROPOSTA QUE FOI APROVADA ONTEM; NOVO SISTEMA SERÁ PUBLICADO NO EDITAL DO VESTUFES 2008, QUE SERÁ LANÇADO NA SEGUNDA QUINZENA DESTE MÊS

Cotas na Ufes só vão beneficiar alunos da rede pública de ensino

Cada curso vai reservar 40% das vagas para o VestUfes 2008; até 2010 serão 50%

ELAINE VIEIRA
evieira@redgazeta.com.br

Depois de mais de um ano de debates, propostas variadas e manifestações contra e a favor, a Ufes finalmente aprovou o sistema de cotas que utilizará a partir do próximo vestibular. O programa prevê a reserva de 40% das vagas de cada curso para ex-alunos de escolas públicas, sem diferenciação para negros. A votação foi realizada no final da tarde de ontem pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade e o novo sistema será publicado no edital do Vest Ufes 2008, que será lançado na segunda quinzena deste mês.

Além de ser egresso de escolas públicas, o candidato deve ter renda familiar inferior a sete salários mínimos (R\$ 2.660), além de ter estudado pelo menos sete anos na rede pública, incluindo os três de ensino médio.

A previsão é a de que a porcentagem de vagas aumente

gradativamente até chegar a 50% em 2010. Para o vice-presidente da Comissão de Inclusão Social do Vestibular da Ufes, Antônio Carlos Moraes, esse sistema, apesar de não reservar cotas para negros, é capaz de atender à população afrodescendente. "Estudos mostram que a escola pública e o limite de renda também incluem negros, em porcentagens até maiores do que as pleiteadas pelo Movimento Negro".

Moraes assume que essa modificação vai aumentar a concorrência nas 2.825 vagas oferecidas pela universidade, mas pondera que o critério de classificação continuará a ser a pontuação dos candidatos.

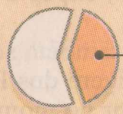
"Caso não haja candidatos com pontuação mínima e perfil para ocupar as cotas, há possibilidade de estorno, ou seja, elas voltarão a ser disponibilizadas para os demais candidatos".

Antes disso, há a possibilidade de se reduzir a exigência com relação ao tempo de escola pública de sete para quatro anos. O Cepe também aprovou a isenção da taxa de inscrição para candidatos que cursaram, no mínimo, sete anos na rede pública, além da criação do programa de permanência na universidade para alunos carentes. Nos últimos dois vestibulares da Ufes, 64% dos candidatos eram de escolas particulares.

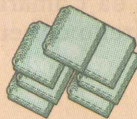


Como vai ser na Ufes

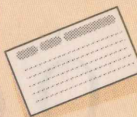
O sistema de cotas passa a funcionar já para o próximo vestibular



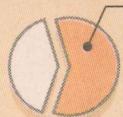
Inicialmente cada curso terá **40%** de suas vagas reservadas para alunos egressos de escolas públicas e cuja renda familiar seja inferior a 7 salários mínimos (R\$ 2.660)



Além disso, o aluno precisa ter estudado pelo menos **7 anos**, incluindo todo o ensino médio, em escolas públicas



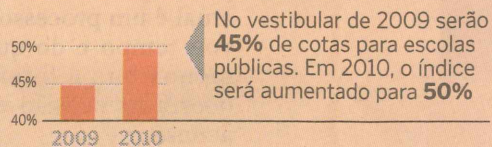
Os dados serão repassados na hora da inscrição. Mas a Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) ainda vai estipular a forma como serão feitas as inscrições



Todos os inscritos vão concorrer a **60%** das vagas. Uma vez que elas tenham sido ocupadas pela ordem de classificação, os melhores classificados restantes, que se encaixarem no perfil das cotas, ocuparão os **40%** de vagas reservados



Caso não haja nenhum aluno com perfil e pontuação suficiente para ocupar as vagas das cotas, elas serão remanejadas para os demais concorrentes, sempre seguindo a ordem de classificação por nota



No vestibular de 2009 serão **45%** de cotas para escolas públicas. Em 2010, o índice será aumentado para **50%**

Cotas no ensino superior

Até junho, 34 universidades federais, estaduais e distritais já utilizavam diferentes sistemas de cotas

Negros (também inclui pardos)

Estaduais
UNEB (Bahia)

Federais
UFAL (Alagoas)
UFPA (Pará)

Indígenas

Federais
UFT (Tocantins)
UFMT (Mato Grosso)

Negros e Indígenas

Estaduais
UEMS (Mato Grosso do Sul)
Unemat (Mato Grosso do Sul)

Federais
Unifesp (São Paulo)
Unb (Brasília)

Escolas Públicas

Estaduais
UERGS (Rio Grande do Sul)
UPE (Pernambuco)
UEPB (Paraíba)

Federais
UFPI (Piauí)
UFRA (Amazonas)

Distrital
Fepecs (Brasília)

Indígenas e Escolas Públicas

Estadual
UEA (Amazonas)

Negros e Escolas Públicas

Estaduais
UEL (Londrina)
UEPG (Paraná)

Federais
UFABC (São Paulo)
UfisCar (São Paulo)
UFMA (Maranhão)
Cefet-BA (Bahia)

Negros, Indígenas e Escolas Públicas

Estaduais
UEFS (Bahia)
UESC (Bahia)

Federais
UFBA (Bahia)
UFJF (Minas Gerais)
UFRB (Bahia)

Negros, Indígenas, Escolas Públicas e Deficientes

Estaduais
UEZO (Rio de Janeiro)
UEMG (Minas Gerais)
UENF (Rio de Janeiro)
UERJ (Rio de Janeiro)
Unimontes (Minas Gerais)
UEG (Goiás)
Faetec (Rio de Janeiro)

Federal
UFPR (Paraná)



“Todos têm que ter essa oportunidade”

DÉBORA FERNANDES
Candidata a Enfermagem

“A Ufes vai ser um incentivo para as escolas”

WILLERMAN BARRETO
Candidato a Engenharia Mecânica

“Apóio as cotas. O ensino público não é bom”

KARINE BALLA
Candidata a Medicina



“Tem que ter controle rígido”

JÉSSICA DOS SANTOS
Candidata a História

“Mais vagas para ensino público”

SÂMARA DA SILVA
Candidata a Matemática

“O ensino é diferente”

INGRIDY FIRME
Candidata a Geografia

A favor

LUCIANO FORECHI
Coordenador do cursinho Universidade para Todos

Contra

HELOÍSA MANNATO
Coordenadora do Centro Educacional Charles Darwin

Prioridade é a questão social

A questão social deve ser priorizada quando falamos de cotas. Afinal, todos, independente de raça, têm a mesma capacidade de se desenvolver, desde que as opções sejam oferecidas. Nossa maior preocupação é garantir que as pessoas que realmente precisam dessa facilidade sejam contempladas. Esperamos que a Ufes seja tão rigorosa em estabelecer e cobrar os critérios para as cotas quanto é na aplicação das provas. Dessa forma, acreditamos que os efeitos da deficiência do ensino público possam ser minimizados. Mas a implantação das cotas não exclui a necessidade de se investir pesadamente na educação básica e no ensino médio.

Em vez de cotas, mais vagas

Princípio, sou contra a implantação do sistema de cotas, pois isso demonstra a inoperância do governo para garantir o ensino público de qualidade, mas, dada a realidade, temos que admitir esse tipo de diferenciação para melhorar a qualidade de vida da maioria da população. O mínimo a ser exigido é que os alunos candidatos às cotas tenham estudado durante toda a vida em escolas públicas. Além disso, seria ideal que a porcentagem fosse mais baixa para não dificultar ainda mais a entrada de todos na universidade. Ao invés de pensarmos em cotas, deveríamos aumentar o número de vagas e de cursos nas universidades públicas.

Movimento Negro deve se manifestar

Presidente da entidade ficou surpreso ao saber da votação e vai tentar mudar a situação

Surpreso ao saber da votação do sistema de cotas, o presidente do Movimento Negro do Estado, Luiz Carlos Oliveira, afirmou que a votação de hoje não satisfaz a entidade. Segundo ele, manifestações vão ser organizadas para tentar mudar essa questão.

“Os negros correspondem a 57% da população capixaba e nossa proposta é a de que, dentro dos 50% reservados para escolas públicas, sejam incluídos 26% para negros e afrodescendentes. Dessa forma, queremos garantir a presença do negro na universidade, o que esse sistema

aprovado hoje não faz”, aponta Oliveira.

Ele lembra que uma pesquisa realizada pelo Instituto Saberes constatou que menos de 3% dos alunos da Ufes era de negros ou pardos e se encontravam em dificuldades socioeconômicas. Em alguns cursos, como Direito, Arquitetura, Medicina e Letras Inglês, nenhum aluno tem esse perfil.

O líder do movimento negro destaca também que estranhou o fato de a votação ter sido realizada já na primeira reunião do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). “Eles deveriam ter tido mais tempo para analisar as questões, além do que deveriam ter aberto o espaço para que o movimento defendesse a proposta que favorece os afrodescendentes”, enfatiza.

ANÁLISE
Thimóteo Camacho

Tímida

O debate e a posição da Ufes sobre as cotas é muito conservador, devido à falta de esclarecimento. A proposta aprovada é muito tímida, pois são necessárias ações específicas para garantir a inclusão dos afrodescendentes. Há uma dívida histórica com esse povo, que pode ser notada na clara ausência de negros nos quadros da universidade. Essa é uma medida transitória, para minimizar as diferenças. As experiências em outras faculdades constataram que não há queda na qualidade do ensino com essa inclusão.

Thimóteo Camacho é sociólogo